



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2015

--- Aos vinte seis dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e quinze, pelas 20h e 15 m, reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja na Sala do Pavilhão Gimnodesportivo da União de Desporto e Recreio de Vila Nova da Rainha, em Vila Nova da Rainha.

ORDEM DO DIA

Ponto 1 – Assuntos Relacionados com a Freguesia de Vila Nova da Rainha

Ponto 2 – Informação do Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal

Ponto 3 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia (efetivo e substituto) para representação das Juntas de Freguesia junto da ANMP.

Ponto 4 – Regulamento do programa atividade física para todos na vertente +55 P 4/VAA/2015

Ponto 5 – Alteração do Mapa de Pessoal

P 10/P/2015

Ponto 6 – Alteração do Regimento da Assembleia Municipal

P 1/CPFNT/2015

Ponto 7 – Piscinas Municipais de Azambuja

P 2/CPFNT/2015

Ponto 8 – EMIA/Moção

CPFNT

--- Presidiu à Mesa o seu Presidente, Senhor António José Mateus de Matos, e secretariaram a reunião a 1ª. Secretária, Srª D. Vera Lúcia Brás dos Santos, e como 2ª Secretária Srª D. Sílvia Margarida Narciso Vitor. -------- Encontravam-se presentes os Deputados Municipais, Ana Paula Alves Abreu Martins, António Francisco Nunes Godinho, António José Fonseca Nobre, António José Rodrigues, António Luís Lavado dos Reis, António Maria Calixto Isidro, António Rodrigues Torrão, Carlos Miguel Rebelo Valada, Hermínia Eva Leal Mota Abreu, João Lourenço Narciso Marques, Joaquim Luís Lobato, Joaquim Marques de Jesus Oliveira, José Avelino Colaço Correia, José Luís Marques dos Santos, Luís Tavares Figueiredo, Manuel da Silva Simões Ramos, Manuel Maria Pereira Valadares Couceiro, Maria Inês da Graça Louro, Maria Luísa da Conceição António, Mário Matias Morgado, Natércia Maria Esteves Serranito, Nuno Miguel Brás Monteiro Gonçalves, Rogério Faria Jorge, Sérgio Joaquim Fernandes Ezequiel, Tatiana Pacheco Gaspar. -------- Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes os senhores: Presidente da Câmara Luís Manuel Abreu de Sousa, o Sr.º Vice-Presidente Silvino José da Silva Lúcio e os Senhores Vereadores António Manuel Montez Amaral, Herculano Valada Martins, David José Pinto Mendes, António Jorge de Oliveira Lopes e Maria João Canilho. -------- O Sr. Presidente da Mesa cumprimenta todos os presentes, agradecendo ao Sr. Deputado Joaquim Marques de Oliveira o facto de ter recebido esta Assembleia em Vila

Nova da Rainha. Refere ainda que desde o principio tem havido a preocupação de descentralizar as Assembleias, tentando levar a Assembleia junto de todas as pessoas Informa também, que uma vez que esta é uma Sessão Ordinária haverá um período antes da ordem do dia destinado ao público, depois segue-se um período antes da ordem do dia para intervenção dos Deputados Municipais, seguindo-se o período destinado à
ordem do dia
Informa ainda que a Sr ^a Deputada Municipal Cátia Matos, voltou a pedir suspensão de mandato, tendo sido substituída pelo Sr.º. Luís Fernando Lobato Fonseca, que na impossibilidade de comparecer nesta reunião, se fez substituir pela Sr ^a Natércia Maria Esteves Rocha Serranito.
O Sr. Presidente da Mesa, entrega para conhecimento a todos os Deputados Municipais, o Relatório de acompanhamento da atividade das Juntas de Freguesia no âmbito dos acordos de execução (4º trimestre de 2014).
Tendo também sido distribuído, para conhecimento, conjuntamente com o expediente da sessão, o relatório de acompanhamento e monitorização do PAFA – 4º trimestre de 2014
Informa ainda que dia 27 de Fevereiro irá sair mais uma edição da Revista Terra Velhinha, lançamento que terá lugar nos Bombeiros Voluntários de Azambuja
O Sr. Presidente da Mesa pergunta se algum membro do público quer usar da
palavra Pediu a palavra o Sr. Jorge Amado Pedro Lemos Figueiredo, solicitando esclarecimento sobre de quem é o dono dos terrenos da União Desporto e Recreio de Vila Nova da Rainha. Solicita ainda saber porque é que tendo o pavilhão sido cedido à população está agora sob o domínio do clube
Pergunta ainda se existe algum protocolo de cedência do pavilhão
Em relação às obras da SOCASA, salienta que foi deixado um espaço a quando da obra, que acumula lixos e ratazanas. Termina, agradecendo o facto desta Assembleia tersido feita em Vila Nova da Rainha.
Interveio o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, dizendo que o Sr. Jorge Amado Figueiredo não tem que agradecer o facto de esta Assembleia ter sido feita em Vila Nova da Rainha, pois é obrigação da Assembleia Municipal ir a todas as Freguesias
Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, dizendo que em relação às questões do pavilhão pensa que existe um protocolo, não sendo o mesmo do seu tempo, salientando que vai tentar ver o seu teor
Quanto à SOCASA salienta que se está a tentar fazer uma limpeza na área, para melhorar a situação. No que diz respeito ao espaço para outras atividades o Sr. Presidente sugere a sala onde está a decorrer esta reunião.
Posta a votação, foi a Ata de 30 de Setembro de 2014, aprovada por maioria, com 25 votos a favor e 3 abstenções



Posta a votação, foi a Ata de 25 de Novembro de 2014, aprovada por maioria, com
24 votos a favor e 4 abstenções
Posta a votação, foi a Ata de 11 de Dezembro de 2015, aprovada por maioria, com
24 votos a favor e 4 abstenções
O Sr. Presidente da Mesa pergunta se algum Deputado Municipal quer usar da
palavra
Pediu a palavra o Sr. Deputado Municipal António Luís Lavado dos Reis, para
perguntar qual é a situação dos oleões
Solicita também saber se a Câmara já tem um plano de prioridades para o Concelho,
salientando que há obras muito importantes para fazer, e sugerindo que o dinheiro não
fique só da zona da Guarita para baixo
Solicita saber para quando a recuperação das estradas municipais que considera
estarem numa lástima.
Em relação à saúde no Concelho, refere que continua muito mal
No que refere às Águas de Azambuja, salienta que houve duas falhas de água em
Aveiras e que o piquete foi contactado por diversas vezes, nunca atendendo
Em relação à Rua dos Pereiras em Aveiras de Cima, salienta o perigo iminente que
existe na deslocação das crianças para a escola
Solicita também saber qual é a situação do PDM, e quando é que o mercado diário de
Manique do Intendente está concluído
Em relação à postura de trânsito de Aveias de Cima, solicita saber para quando uma
solução, que salienta, resolverá uma grande parte do trânsito de Aveiras de Cima
Tomou da palavra o Sr.º Presidente da Câmara referindo que os oleões tiveram de ser
retirados pela Câmara, estando a ser reparados e limpos para depois serem distribuídos
pelas escolas do concelho, num projeto (Falha de Gravação)
Em relação às prioridades do concelho refere que já estão praticamente definidas
(Falha de Gravação)
Quanto á falta de médicos, refere que a situação é preocupante, salientando que estão
neste momento 11.872 utentes sem médicos no concelho, estando-se a tentar resolver da
melhor forma esta situação (Falha de Gravação)
Quanto ao piquete refere que irá junto das Águas de Azambuja saber por que motivo
o piquete não atendia as chamadas.
No que diz respeito à Rua dos Pereiras refere que já está em fase adiantada o projeto
para a resolução dessa situação (Falha de Gravação)
Quanto ao PDM, refere que é uma questão que já está parada há alguns anos, mas
que já foi reiniciada com um grupo de trabalho (Técnicos da Câmara)
Quanto ao mercado diário existe já um projeto em fase de conclusão, para ainda este
ano ser lançada a obra
Retoma a palavra o Sr. Deputado Municipal António Luís Lavado dos Reis, para
perguntar se o saneamento de Vila Nova da Rainha está todo reencaminhado para a
estação de tratamento
O Sr. Presidente da Câmara responde que sim.
Tomou a palavra o Sr. Deputado Municipal Joaquim de Oliveira Marques,
agradecendo a presença de todos na sua Freguesia
Refere que realmente os terrenos da SOCASA anteriormente referidos, precisam de
uma intervenção
(Falha de Gravação)
LE WILLEY WY VICKON CONTRACTOR CO

Refere ainda que a União de Desporto e Recreio é uma instituição de utilidade	
pública (Falha de Gravação)	
Tomou a palavra o Sr. Deputado Municipal António Torrão, fazendo referencia ao	
facto de já terem sido colocadas as redes da escola EB1de Aveiras de Cima	
Sobre o parque infantil da EB1 de Aveiras de Cima, salienta que deve ter havido um	
engano no documento que se fez às empresas, pois Aveiras de Cima não têm só 2.642	
habitantes mas sim 4.760 habitantes.	.=
Salienta ainda que o Sr. Presidente da Câmara disse que iria marcar uma reunião com	
a Junta de Freguesia de Aveiras de Cima referente ao pré-escolar para esclarecer as	
polémicas e os pagamentos, estando a Junta ainda à espera da marcação da referida	
reunião	
Em relação às esculturas do largo da Republica em Aveiras de Cima, solicita que a	
Câmara Municipal faculte à Junta de Freguesia de Aveiras de Cima a documentação do	
concurso, solicitando saber se o mesmo foi público, se a sua adjudicação foi direta, se	
está paga, quando custou ou o que é que falta pagar. Solicitando também saber qual é o	
regime de exclusividade para o sítio onde as peças foram colocadas	
Tomou da palavra o Sr. Presidente da Câmara para dizer que em relação à questão do	
número de habitantes, o Sr. Presidente diz que irá ser corrigida essa situação	
Quanto à reunião refere que a mesma irá ser marcada	
No que refere às esculturas diz que irá preparar toda a documentação que foi pedida	
para depois entregar	
Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro, passando a ler	
o seguinte texto:	
Exmos. Senhores Deputados Municipais	
Senhor Presidente e Senhores Vereadores	
Minhas Senhoras e Meus Senhores	
Como todos sabem, sou militante do CDS e sou o militante do CDS mais antigo do nosso concelho	
Fiz-me militante da Democracia Cristã logo nos primeiros meses de vida do CDS	
Numa altura em que eu já deveria ter idade para ter juízo, quis o Destino, que eu	
fosse eleito para esta Assembleia Municipal nas eleições autárquicas de 2009, no	
quadro da Coligação PELO FUTURO DA NOSSA TERRA	
E, assim, desde outubro de 2009, a Assembleia Municipal da Azambuja passou a ter	
no seu seio um homem do CDS!	
O que nunca tinha acontecido desde o 25 de Abril de 74!	
Acredito sinceramente que esta minha eleição acabou por ser muito importante para	
que a maioria de nós – da Esquerda à Direita – tivéssemos, como temos hoje, um	
relacionamento democrático normal	
Um relacionamento democrático normal em que nos respeitamos mutuamente e nos	
escutamos uns aos outros, sem olhar para a cor da nossa filiação partidária	
É certo que vamos continuar a divergir ideologicamente $-$ a Democracia é isso	
mesmo	
Mas também sei que a maioria de nós é capaz de se continuar a respeitar	
politicamente, porque uma democracia madura é a prova dessa capacidade	
Como em tudo na vida, haverá sempre quem não perceba esta dimensão madura e	
nobre da Politica	
Para esses poucos que não percebem esta dimensão madura e nobre, a Política será	
sempre uma guerra pessoal	
Uma guerra pessoal construída de mesquinhez dos ataques baixos e sórdidos	
4	



Uma guerra pessoal que é prisioneira de pequenas ambições e vaidades e de nebulosos interesses.
Para quem percebe e vive a dimensão madura e nobre da Politica, a liberdade é total!
E é neste enquadramento de total liberdade e respeito mútuo que quero dizer algumas palavras sobre o deputado municipal António Nobre
Faço-o agora porque não quero de forma alguma condicionar a posição política da
CDU quando tivermos todos de discutir e votar a moção relativa á EMIA
Caros Deputados Municipais,
municipal em outubro de 2009 não conhecia o Dr. António Nobre
Desde a minha eleição habituei-me a ver no Dr. António Nobre um autarca íntegro.
Sereno
Moderado
Honesto
O posicionamento político de cada um de nós está nas antípodas
Ele é do Partido Comunista. Eu sou do CDS
Quando nele votei nesta Assembleia, há pouco mais de um ano, para presidente da
Mesa não o fiz por tática política
Fi-lo convictamente!
Porque a forma como o Dr. António Nobre foi vereador entre 2009 e 2013 deram-
me as garantias e a confiança para ter a certeza que o Drº António Nobre, nesta
Assembleia e em função do quadro político nascido das últimas eleições autárquicas,
era e é único deputado municipal que saberia ser presidente da Assembleia com a
equidistância, a moderação e o bom senso que este cargo exige
Ele nunca utilizaria a presidência da Assembleia Municipal para satisfazer vaidades
pessoais
Ele nunca utilizaria a presidência da Assembleia Municipal para obsessivamente
tentar a sua promoção politica
O Dr. António Nobre nunca utilizaria a presidência da Assembleia Municipal para
branquear trapalhadas e erros de gestão desta ou da anterior Câmara PS
Caros Deputados Municipais,
Na reunião da Câmara Municipal de 28 de Agosto de 2008, o Dr. António Nobre foi
o único vereador – repito - foi o único vereador que votou contra a negociata da venda
dos parques de estacionamento junto à CP pelo escandaloso valor de quase 6 milhões de euros
Esta venda foi uma operação engenharia financeira que tinha em vista outras duas
negociatas:
O Aumento da capacidade de endividamento da EMIA;
E a concessão do estacionamento pago na vila de Azambuja
E também nesta negociata da concessão, só o Dr. António Nobre votou contra!
Naturalmente, os eleitos do PS – que eram ao tempo Joaquim Ramos, Luís de Sousa,
José Manuel Pratas e Marco Leal – votaram a favor
E os então vereadores do PSD – Dr. ^a Ana maria Ferreira e António José Matos –
não votaram contra porque naquela altura já estavam demasiado comprometidos com
os interesses do poder instalado
A Dr. ^a Ana Maria Ferreira, pessoa que muito estimo e que depois desenvolveu um
trabalho globalmente bom enquanto vereadora da Educação (o que, como se sabe, não

foi reconnecido depois pelo PS/Azambuja), ja estava na attura da volação destas
negociatas em processo de transição para as listas do Partido Socialista
Quanto ao estão vereador António José Matos que dizer?
A forma dele estar na política diz tudo
E são cada vez menos aqueles que por ele se deixam enganar
Até porque todos nós sabemos que foi a venda dos parques de estacionamento e a
respetiva operação financeira que permitiu a negociata do financiamento bancário
para a reconstrução da Praça de Touro
Na votação da venda dos parques de estacionamento por quase 6 milhões de euros
(que agora só valem 200 mil euros) e na votação da negociata da concessão do
estacionamento pago, só o Dr. António Nobre – repito só o Dr. António Nobre – Teve
liberdade e só ele pôs a sua liberdade ao serviço exclusivo do concelho da Azambuja
A História demonstrou que todos os outros vereadores nessa altura – já lá vão quase
sete anos – não tinham nem quiseram ter liberdade, porque pensaram nos seus
interesses pessoais e noutros interesses mais esquisitos e nebulosos, que aos poucos
estão a ver a luz do dia
E, por isso, aqui fica a minha sincera palavra de agradecimento ao deputado
municipal António Nobre por não ter quebrado perante a sereia dos interesses do poder
instalado
Por não ter desistido - mesmo que solitariamente - de defender os superiores
interesses do concelho da Azambuja
Meu Caro Dr. António Nobre:
Muito Obrigado pelo seu Exemplo!
Tenho dito
Tomou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal para dizer que
dificilmente se poderia sentir tão lisonjeado, e que no dia que deixar de incomodar esta
gente, se irá embora.
Foi concedida a palavra à Sr.ª Deputada Municipal Inês Louro, cumprimentando
todos os presentes e dizendo que a sua intervenção vai no sentido de comentar o texto
que foi lido pelo Sr.º Deputado Municipal Manuel Couceiro. Refere ainda que está a
tentar digerir o que foi dito, salientando que também tem pelo Sr.º Deputado Municipal
António Nobre o maior dos respeitos, no entanto considera triste haver necessidade de
enaltecer a sua imagem e a sua figura para fazer comparativos e para denegrir a imagem
do Sr. Presidente da Assembleia Municipal.
Menciona que a eleição já foi à muito tempo atrás, e que se deve respeitar o
Presidente do órgão, e as funções que todos desempenham. Refere ainda que não
gostaria que alguém a elogiasse tendo que para isso denegrir a imagem de outro
Salienta que foram graves as acusações que aqui foram feitas, e se as mesmas
correspondem a alguma verdade, devem ser feitas de uma forma mais concreta, e
dirigidas aos órgãos de direito.
Foi concedida a palavra ao Sr.º Deputado Municipal António Godinho,
cumprimentando todos os presentes, e referindo que em relação à questão da
intervenção do seu colega Manuel Couceiro, salienta que quem denegriu não foi ele,
mas sim o Sr.º Deputado Municipal António José Matos que tem denegrido o lugar de
Presidente na Assembleia Municipal da forma como tem gerido esta Assembleia, pelas
atitudes, e pelo que tem afirmado. Sendo lamentável que ele se sinta no direito de
ofender outros, que não estão de acordo com ele nem seguem as ideias que ele acha que
devem ser seguidas, e que pensam de maneira diferente.
Refere que não lhe parece que esta seja a maneira correta de estar enquanto
Presidente da Assembleia Municipal, voltando a referir que têm sido o Deputado



Municipal António José Matos que têm denegrido o lugar de Presidente da Assembleia que tão bem foi representado pelos seus antecessores. --- Diz ainda à Deputada Municipal Inês Louro que todas estas questões que foram aqui levantadas, já foram denunciadas aos órgãos próprios. -------- Foi concedida a palavra à Sr^a Deputada Municipal Inês Louro, referindo que deve andar distraída, porque não anda a ver os mesmos filmes que o Deputado Municipal António Godinho. Referindo que ainda não percebeu de que forma é que o Sr. Presidente deste órgão se dirigiu de forma incorreta, refere que também não se lembra quando é que aqui foram espelhadas estas faltas de educação ou atitudes ilegais, más conduções e ilegalidades praticadas pelo Sr. Presidente deste órgão, ou alguma decisão que o mesmo tenha tomado. -------- Salienta que todos sabem que o Sr. Presidente da Assembleia não é a pessoa que a Coligação Pelo Futuro da Nossa Terra gostaria de ver eleita naquele local, referindo que continuar-se a bater nesta questão não é solução, parecendo assim que a coligação têm aqui um problema interno que têm que resolver dentro do seu próprio partido. -------- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal António Nobre, confessando que não estava à espera desta intervenção a seu respeito (Falha de Gravação). --------- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal António Godinho para dizer que a questão interna da Coligação não tem qualquer problema, uma vez que António José Matos foi militante do PSD e teve o cuidado de pedir a demissão do partido, estando essa questão completamente resolvida. -------- Diz ainda que não se referiram a acusações diretas em termos de participação nessas situações, mas na tentativa de branqueamento dessas mesmas situações. Refere que não quer ouvir mais comentários como ouviu há pouco "essa gente", referindo que esse tipo de afirmações feitas aqui e em jornais do concelho, são dispensáveis e não são corretas. Salienta que prezam o respeito pessoal, que são uma oposição muito contundente e que vão continuar a ser, entendendo que esta é a forma de estar nesta politica. Refere ainda que a postura da Coligação é uma postura de respeito, muita crítica e com muita contundência. -------- Tomou da Palavra o Sr. Presidente da Assembleia. Para dizer (Falha de Gravação). ----- Refere também que têm imensos amigos no PSD na CDU e no PS, tendo tido sempre essa capacidade. Salienta que não se sujeita a jogos de ninguém. -------- Salienta que a Coligação se sentiu ofendida quando disse "essa gente", mas que ofendido se sentiu o próprio, quando disseram o que disseram acerca da sua pessoa. -------- Menciona que o Sr. Deputada Manuel Couceiro já usou mais que o tempo que lhe é permitido, no entanto salienta que nunca usará a sua autoridade enquanto Presidente da Assembleia para lhe tirar a palavra, concedendo-lhe assim a palavra. -------- Tomou da palavra o Sr.º Deputado Municipal Manuel Couceiro, referindo que não criticou a posição de António José Matos enquanto Presidente da Assembleia Municipal, no entanto, e uma vez que é Deputado Municipal, quando quiser fazer uso desse cargo tem de ir para a bancada (Falha de Gravação). -------- Refere a falta de respeito com que por duas vezes o Sr. Presidente da Assembleia Municipal tratou o Sr. Presidente da Câmara, e a arrogância com que (Falha de Gravação), salientando que quando o mesmo quiser fazer politica não pode faze-lo sentado na cadeira de Presidente da Assembleia Municipal. -------- Retomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, referindo que nunca fez qualquer tipo de política aqui, enquanto Presidente da Assembleia Municipal.

da Assembleia Municipal. ————————————————————————————————————
Salienta que com isto está espelhado porque é que a coligação não é poder e dificilmente virá a ser
dificilmente virá a ser
Refere ainda que se está neste lugar é porque teve duas eleições que lhe permitiram estar, uma direta do povo e outra da Assembleia, menciona que não se impôs a ninguém, e que não é um Presidente da Assembleia antes do 25 de Abril, mas sim depois do 25 de Abril, salienta que o voto foi secreto e que convidou para a mesa o Dr. António Godinho e o Dr. António Nobre. Quanto ao Sr. Presidente da Câmara refere que nunca deu por ter sido arrogante com o mesmo, e acha que o mesmo também não. Interveio o Sr. Presidente da Câmara confirmando que o Sr. Presidente da Assembleia nunca foi arrogante consigo. Ponto 1 – Assuntos Relacionados com a Freguesia de Vila Nova da Rainha Interveio o Sr. Presidente da Assembleia para dizer que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Rainha no pedido antes da ordem do dia acabou por explanar o que tinha para explanar acerca da sua Freguesia, e como tal abdica do 1º ponto da ordem do dia. Ponto 2 – Informação do Presidente da Assembleia Municipal, dizendo que o Sr. Presidente da Câmara se disponibilizou para responder a quaisquer questões que os Senhores Deputados queiram colocar. Pediu a palavra o Sr. Deputado Municipal António Lavado, fazendo referencia à página 3 (manutenção e reparação de estradas), perguntando à Câmara se já esgotou o alcatrão para tapar os buracos. Referente à página 4 (Parques e Jardins) dizendo que não consta o Jardim de Aveiras
estar, uma direta do povo e outra da Assembleia, menciona que não se impôs a ninguém, e que não é um Presidente da Assembleia antes do 25 de Abril, mas sim depois do 25 de Abril, salienta que o voto foi secreto e que convidou para a mesa o Dr. António Godinho e o Dr. António Nobre
ninguém, e que não é um Presidente da Assembleia antes do 25 de Abril, mas sim depois do 25 de Abril, salienta que o voto foi secreto e que convidou para a mesa o Dr. António Godinho e o Dr. António Nobre. Quanto ao Sr. Presidente da Câmara refere que nunca deu por ter sido arrogante com o mesmo, e acha que o mesmo também não. Interveio o Sr. Presidente da Câmara confirmando que o Sr. Presidente da Assembleia nunca foi arrogante consigo. ORDEM DO DIA Ponto 1 – Assuntos Relacionados com a Freguesia de Vila Nova da Rainha Interveio o Sr. Presidente da Assembleia para dizer que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Rainha no pedido antes da ordem do dia acabou por explanar o que tinha para explanar acerca da sua Freguesia, e como tal abdica do 1º ponto da ordem do dia. Ponto 2 – Informação do Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal Tomou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, dizendo que o Sr. Presidente da Câmara se disponibilizou para responder a quaisquer questões que os Senhores Deputados queiram colocar. Pediu a palavra o Sr. Deputado Municipal António Lavado, fazendo referencia à página 3 (manutenção e reparação de estradas), perguntando à Câmara se já esgotou o alcatrão para tapar os buracos. Referente à página 4 (Parques e Jardins) dizendo que não consta o Jardim de Aveiras
depois do 25 de Abril, salienta que o voto foi secreto e que convidou para a mesa o Dr. António Godinho e o Dr. António Nobre
António Godinho e o Dr. António Nobre
Quanto ao Sr. Presidente da Câmara refere que nunca deu por ter sido arrogante com o mesmo, e acha que o mesmo também não
o mesmo, e acha que o mesmo também não
Interveio o Sr. Presidente da Câmara confirmando que o Sr. Presidente da Assembleia nunca foi arrogante consigo
Assembleia nunca foi arrogante consigo.
Ponto 1 – Assuntos Relacionados com a Freguesia de Vila Nova da Rainha Interveio o Sr. Presidente da Assembleia para dizer que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Rainha no pedido antes da ordem do dia acabou por explanar o que tinha para explanar acerca da sua Freguesia, e como tal abdica do 1º ponto da ordem do dia
Interveio o Sr. Presidente da Assembleia para dizer que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Vila Nova da Rainha no pedido antes da ordem do dia acabou por explanar o que tinha para explanar acerca da sua Freguesia, e como tal abdica do 1º ponto da ordem do dia
Freguesia de Vila Nova da Rainha no pedido antes da ordem do dia acabou por explanar o que tinha para explanar acerca da sua Freguesia, e como tal abdica do 1º ponto da ordem do dia
o que tinha para explanar acerca da sua Freguesia, e como tal abdica do 1º ponto da ordem do dia
ordem do dia
Ponto 2 – Informação do Presidente da Câmara acerca da Atividade Municipal Tomou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, dizendo que o Sr. Presidente da Câmara se disponibilizou para responder a quaisquer questões que os Senhores Deputados queiram colocar
Tomou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, dizendo que o Sr. Presidente da Câmara se disponibilizou para responder a quaisquer questões que os Senhores Deputados queiram colocar
Presidente da Câmara se disponibilizou para responder a quaisquer questões que os Senhores Deputados queiram colocar
Senhores Deputados queiram colocar
Pediu a palavra o Sr. Deputado Municipal António Lavado, fazendo referencia à página 3 (manutenção e reparação de estradas), perguntando à Câmara se já esgotou o alcatrão para tapar os buracos
página 3 (manutenção e reparação de estradas), perguntando à Câmara se já esgotou o alcatrão para tapar os buracos
alcatrão para tapar os buracos
Referente à página 4 (Parques e Jardins) dizendo que não consta o Jardim de Aveiras
Na página 6 (centro escolar de Aveiras de Cima-em avaliação decorrente da carta
educativa), solicitando saber o que é que isto significa
Referente à página 7 (Biblioteca Pina Manique), solicita saber se as obras já estão a
começar
Tomou da palavra o Sr. Presidente da Câmara Municipal para dizer que em relação à
questão do alcatrão, refere que está em adjudicação a aquisição de mais massas
asfálticas
Em relação à biblioteca de Manique do Intendente, se está a fazer os preparativos
para que se possa fazer uma reparação no edifício
Quanto à Carta Educativa refere que está a ser revista através da CIMLT
No que diz respeito ao parque, refere que está a ser feito um projeto para retirar o
parque existente e colocar um novo.
Retomou a palavra o Sr. Deputado Municipal António Lavado, voltando a referir a
questão dos oleões, dizendo que, o que o Sr. Presidente disse há pouco, na prática não
vai dar em nada.
U Sr. Presidente da Camara retomou a palavra dizendo que o que vai acontecer, e
O Sr. Presidente da Câmara retomou a palavra dizendo que o que vai acontecer, é que se vai entrar com um projeto-piloto da colocação dos oleões nas escolas, mas
O Sr. Presidente da Câmara retomou a palavra dizendo que o que vai acontecer, e que se vai entrar com um projeto-piloto da colocação dos oleões nas escolas, mas também falar com os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia para escolherem um
que se vai entrar com um projeto-piloto da colocação dos oleões nas escolas, mas



(Controle de qualidade do ar), solicitando saber onde é que vai ser, se engloba todo o Concelho o que é que está em mente em relação a este projeto. -------- Faz ainda referência à penúltima página, dizendo que nos encargos no período em análise há uma amortização de uma tranche de juros que não entram nas contas finais, perguntando se esses juros estão refletidos no resumo de execução orçamental. -------- O Sr. Presidente da Câmara, relativamente à primeira pergunta, refere que falou com a CLC e que lhe disseram que estão a fazer o controlo da qualidade do ar interior. Em relação ao exterior, disseram que tinham um equipamento para colocar no exterior da CLC para medir a qualidade do ar diariamente. -------- Quanto à segunda pergunta, o Sr. Presidente da Câmara pede à Dr^a Irene Lameiro para esclarecer essa questão. -------- Tomou a palavra a Dr. a Irene Lameiro (Falha de Gravação) -------- Foi Concedida a palavra ao Sr.º Deputado Municipal António Nobre, (Falha de Gravação) esperando que a Câmara faça bom uso dos impostos (Falha de Gravação) ------- Em relação ao comercio imobiliário no Concelho de Azambuja, refere que o mesmo tem andado pouco animado, (Falha de Gravação) -------- No que diz respeito à listagem de processos Judiciais em que o município se encontra envolvido, refere que tem reparado que na listagem fornecida pela Sociedade de Advogados ainda continua a aparecer os processos com as Águas do Oeste, solicitando saber em que pé é que está esta situação (Falha de Gravação) --------- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, referindo que se está a tentar fazer um acordo com as Águas do Oeste, para que nem eles nem a Câmara tenham de pagar. -------- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal António Torrão, que em relação à qualidade do ar e ao equipamento que vai ser instalado em Aveiras de Cima, e uma vez que as Juntas de Freguesia fazem parte da Proteção Civil, tendo em 2014 sido feito um simulacro na CLC, porque é que estiveram só presentes os bombeiros de Alcoentre. Não tendo os Presidentes de Junta sido convocados a participar neste simulacro, solicitando que os mesmos sejam convocados para o próximo e para quaisquer assuntos relacionados com a qualidade do ar. ----- Tomou da palavra o Sr. Presidente da Câmara, dizendo que vai transmitir isso à CLC, referindo que os simulacros não são promovidos pela Câmara Municipal, mas sim pela CLC. -------- Retoma a palavra o Sr. Deputado Municipal António Torrão para dizer que a Câmara Municipal tem uma área que é a Proteção Civil, gerida pela própria Câmara, solicitando os relatórios que foram feitos no âmbito da CLC pela Proteção Civil. -------- Pediu a palavra a Sr^a Deputada Municipal Maria Luísa António para em relação ao ponto 02.02.02 (Reabilitação urbana), solicitar uma cópia do relatório. ------Referente ao ponto 02.02.02.03 (Reparação de rombos da margem esquerda e limpeza da Ribeira do Valverde) (Falha de Gravação) -------- Quanto ao ponto 07.02.06 (Férias Desportivas), solicita saber que reorganizações é que vão fazer e o que vão alterar. -------- No que diz respeito ao ponto 07.02.10 (Aquisição de equipamento diverso) solicita saber que equipamento é que foi este. --------- Em relação ao ponto 08.02.07 (Apoio à população imigrante), solicita saber o que é que foi feito em concreto. -------- Quanto ao ponto 08.02.01 (Centro de dia da Maçussa – Aquisição de equipamento), solicita saber que equipamento é este e quanto custou. -----

Dia da Maçussa, houve necessidade de comprar uma bancada com uma pia para lavar
louça Em relação à imigração refere que esse apoio diz respeito aos atestados de
residência
Em relação à limpeza da Ribeira do Valverde, refere que a mesma diz respeito à
parte da ponte para baixo, onde houve um rombo das terras
Amaral responda à questão, referindo que o projeto vai ser mais ou menos do mesmo
modo, embora seja coordenado de maneira diferente devendo-se ao facto de no ano
passado ter havido uma divisão nesta questão das férias desportivas, devido ao facto de
duas freguesias terem feito também férias desportivas. Sendo este ano o projeto feito
numa parceria entre a Câmara, Juntas e uma ou outra associação
Quanto à pergunta do equipamento, refere que o mesmo diz respeito ao estádio
municipal.
Foi concedida a palavra o Sr.º Deputado Municipal Carlos Valada, cumprimentando
todos os presentes e fazendo referencia à Pág. 16, no quarto paragrafo dizendo que o
Concelho de Azambuja tem duas Associações de bombeiros voluntários, mas no
período a que se refere a informação da Câmara houve um apoio concedido aos
bombeiros municipais, querendo saber que bombeiros são esses.
Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara referindo que realmente Azambuja não
tem Bombeiros Municipais, e que esse apoio diz respeito aos bombeiros voluntários
Retomou a palavra o Sr.º Deputado Municipal Carlos Valada, e em relação às férias
desportivas, refere que o Sr. Vereador Amaral disse que as mesmas eram uma parceria
com as Juntas de Freguesia, não percebendo que tipo de parceria uma vez que só recebe fichas de inscrição
Defens tembém que não cebio que e Cêmero nesse etectodos de residência
Refere também que não sabia que a Câmara passa atestados de residência
Interveio o Sr. Presidente da Câmara dizendo que é a Câmara que passa os
certificados de residência aos imigrantes E que aquisição de equipamento diversos, diz respeito a bolas, balizas e redes
Foi concedida a palavra à Sr ^a Deputada Municipal Maria Inês Louro, referindo que o
Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo, certamente não se apercebeu
da dimensão e da necessidade de apoio logístico nas férias desportivas, devido ao facto
de ter poucas crianças na sua Freguesia
Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal António Torrão, esclarecendo
que durante as férias da Páscoa, a Junta de Freguesia de Aveiras de Cima também irá ter
férias desportivas, para que as crianças estejam ocupadas durante as férias
Ponto 3 – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia (efetivo e substituto)
para representação das Juntas de Freguesia junto da ANMP
Tomou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para dizer que vai
decorrer no dia 27 e 28 de Março o congresso da Associação Nacional de Municípios
Portugueses (ANMP). Este ponto da ordem de trabalhos referia-se á eleição de um
Presidente de Junta para representar as Juntas de Freguesia junto da ANMP, no entanto
essa eleição já foi feita no início do mandato, como tal o Ponto Nº 3 fica sem efeito.
Informa ainda que o Presidente da Junta eleito é o Deputado Municipal José Avelino, e
como suplente o Deputado Municipal Carlos Valada
Dado existir deliberações anteriores sobre o assunto nada foi deliberado
Ponto 4 – Regulamento do programa atividade física para todos na vertente
+55 P 4/VAA/2015.
Uma vez posta a votação foi a Proposta nº P 4/VVA/2015, aprovado por



unanimidade. -----

Way

--- Ponto 5 – Alteração do Mapa de Pessoal ----- P 10/P/2015 --- O Sr. Presidente da Câmara refere que se está a alterar o mapa de pessoal para se introduzir três lugares de sapadores florestais. -------- Pediu a palavra o Sr. Deputado Municipal Rogério Jorge para perguntar qual é o valor que isto implica mensalmente. --------- O Sr. Presidente da Câmara pergunta à Dr.ª Irene Lameiro quais são os valores, ao que a mesma responde que serão muito aproximados do ordenado mínimo nacional. ------- Uma vez posta a votação foi a Proposta nº P 10/P/2015, aprovado por maioria com 22 votos a favor (13 do PS e 9 da CDU) e 4 abstenções. -------- Ponto 6 - Alteração do Regimento da Assembleia Municipal -- P 1/CPFNT/2015 --- Tomou a palavra o Sr. Deputado Municipal Sérgio Ezequiel referindo que esta proposta vem no sentido de agilizar a maneira como são feitas as justificações de faltas dos membros da Assembleia. -------- Pediu a palavra Sr. Deputado Municipal António Nobre para salientar que o sistema que estava a ser utilizado até agora, era um sistema mais descomplexado, com a gestão dos grupos políticos mais flexível do que aquilo que agora se propõe implementar. De qualquer forma salienta que a CDU não se opõe à alteração do regulamento. --------- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal António José Rodrigues, referindo que não vê inconveniente para que esta proposta seja alterada, salientando que até aqui não era hábito na Assembleia Municipal e na CIMLT fazer-se a justificação por escrito, era sim hábito comunicar-se a falta da forma mais expedita possível. No entanto não vê como essencial um membro da Assembleia ter de justificar a falta por escrito, mas se por ventura a mesa da Assembleia tiver alguma dúvida, deve tentar contactar com o justificante da falta para saber se realmente é ele que está a fazer a justificação. ---- Considera também que as justificações prévias e as justificações à priori não devem estar na mesma alínea, porque considera que devem ter um tratamento diferente. -------- Discutido o assunto, foi a proposta nº 1/CPFNT/2015, colocada à votação, tendo-se verificado 13 votos a favor (8 da CDU e 5 da CPFNT), 1 abstenção da CDU e 13 votos contra do PS. -------- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal utilizou o voto de qualidade para desempatar, votando contra, tendo a proposta sido reprovada. -------- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, tomou da palavra dizendo que os Sr. Deputados dos três grupos deveram fazer uma proposta para uma próxima Assembleia Municipal, no sentido de simplificar as substituições e as faltas. -------- Ponto 7 - Piscinas Municipais de Azambuja ------ P 2/CPFNT/2015 --- Tomou da palavra o Sr.º Deputado Municipal Sérgio Ezequiel, para dizer que esta questão das piscinas é uma questão recorrente nos últimos tempos, salienta que se tem consciência que os tempos são difíceis e que existem dificuldades financeiras, mas na verdade trata-se de um equipamento de importância transversal a toda a população, mas que talvez não esteja bem dimensionada para a nossa capacidade financeira, sendo isso muito importante de perceber, tem que se perceber que tipo de piscinas é que podemos ter, pois considera que mais vale ter alguma coisa do que não ter nada. --------- Refere que outros Municípios que conhece, já têm este tipo de equipamentos há mais tempo e têm conseguido mante-los. Salienta que existem outras possibilidades de recuperar as piscinas, através de incentivos e parcerias com IPS'S ou com Juntas de

paradas à quase cinco anos, sendo um equipamento da máxima importância para o
ConcelhoPediu a palavra Sr. Deputado Municipal António Lavado dos Reis, para perguntar se as piscinas são da Misericórdia ou da Câmara, (Falha de Gravação)
Foi concedida a apalavra à Sr ^a Deputada Municipal Inês Louro, referindo que não há duvida que as piscinas são de interesse municipal sendo também uma preocupação dos deputados do Partido Socialista. No entanto refere que o Partido Socialista não pode votar favoravelmente esta proposta, uma vez que associa erros de gestão sem os enumerar e justificar, e também porque apontam este equipamento como estando num estado de desgaste, quando não é verdade
Pediu a palavra Sr. Deputado Municipal António Nobre, referindo que compreendem o sentido de oportunidade da proposta (Falha de Gravação), salientando que é um equipamento que deve estar à disposição dos Munícipes, não estando por várias razões,
como é o caso das razões financeiras
Foi concedida a apalavra ao Sr. Deputado Municipal Carlos Valada, salientando que se há algum saldo de gerência este ano, é natural que se apresente esta proposta, que considera ser algo que todo o Concelho e que todos os Grupos querem, embora haja prioridades em todas as Freguesias. Refere ainda que há fundos que possibilitam esta reabilitação
Tomou da palavra o Sr. Presidente da Câmara, referindo que esta proposta que hoje é apresentada é fruto de saberem que a Câmara anda a trabalhar no assunto, referindo que o processo já está em andamento, inclusivamente o sistema de aquecimento para passar de gasóleo para gás
O Sr. Presidente da Câmara cede a palavra ao Sr. Vice-Presidente, que é quem tem o processo em mãos.
O Sr. Vice-Presidente refere que em relação ao aquecimento da água, um dos pontos fracos era o custo que havia com o consumo do gasóleo. Sendo o gás natural uma nova realidade em Azambuja, e uma vez que ele está a 200 metros das piscinas, está-se a tentar fazer o ramal, mas esse mesmo ramal custa 30.000€ tendo sido feito pala Câmara uma contra proposta de modo a reduzir o custo. Refere ainda que se está à espera de regulamentação para um conjunto de apoios neste e noutros projetos



--- Em relação à pergunta que foi feita anteriormente sobre de quem é as piscinas, refere que a Câmara tem um protocolo com a Santa Casa da Misericórdia, salientando que os terrenos pertencem à mesma sendo assim parceiros da Câmara. -------- Pediu a palavra o Sr. Vereador António Jorge Lopes, confirmando que por várias vezes teve acesso a um conjunto de documentos que confirmam que existe orçamentos datados de vários anos (2012/2014). --------- Foi concedida a apalavra ao Sr. Deputado Municipal Carlos Valada, referindo considerar que a Sra Deputada Inês Louro ao votar contra, está a votar contra o seu partido, uma vez que o Sr. Presidente está interessado em colocar as piscinas a funcionar. -------- Pedi-o a palavra a Sr^a Deputada Municipal Inês Louro, que em resposta ao seu Colega Carlos Valada refere que está contra o ponto 1 e 3 da referida proposta. -------- Retomou a palavra o Sr. Deputado Municipal Carlos Valada para dizer à sua colega Inês Louro que os considerandos não se votam, o que se vota é a parte burocrativa. -------- Uma vez posta a votação foi a Proposta nº P 2/CPFNT/2015, reprovada com 13 votos contra do PS, 9 abstenções da CDU e 6 votos a favor da Coligação PFNT. -----Ponto 8 - EMIA/Moção ------ CPFNT --- Foi concedida a apalavra ao Sr. Deputado Municipal António Godinho, referindo que em relação a este assunto o mesmo é um bom exemplo de trapalhadas, ou seja, objetivamente a EMIA foi extinta, mas a Câmara manteve a funcionar e fez propostas no sentido da nomeação de um Conselho de Administração de transferências financeiras, etc., não podendo estas situações existir, porque a EMIA já estava objetivamente extinta em termos de cartório notarial, pondo em causa uma série de situações que são potencialmente graves em termos de gestão e em termos jurídicos. ------- Refere que o objetivo desta moção é clarificar estas situações e demonstrar a esta Assembleia que este tipo de trapalhadas com a gravidade de que estão revestidas não são minimamente aceitáveis, e que em relação a questões graves como esta há que ter todos os cuidados e atenções para que se evitem problemas de futuro institucionais e até pessoais. -------- Foi concedida a palavra ao Sr. Deputado Municipal António Nobre, referindo que este assunto já não é novo, e que já anteriormente se tinha discutido este assunto. estando o mesmo em vias de resolução. -------- Referente à dissolução da sociedade que já está feita desde Julho de 2013, mas que ainda hoje não tem a sua liquidação encerrada, considerando que um ano e meio depois não se aceita que isto ainda esteja por fazer. -------- Em termos do teor da proposta, refere que algumas questões suscitam alguns reparos, nomeadamente em matéria de pagamentos efetuados através da empresa, sendo que nesta parte a moção é menos sublime, porque estando em dissolução os liquidatários designados têm um prazo de dois anos para proceder à liquidação da sociedade, dentro deste prazo a empresa mantem a sua personalidade jurídica, podendo cobrar créditos, fazer pagamentos, etc. ---------- Em relação à valorização dos terrenos e agora a sua desvalorização brutal, refere que provavelmente isto foi para encher balanço, e não propriamente para transpor uma situação real, considerando que os números foram arredondados para que se pudesse potenciar esse próprio projeto, criando isto algumas dificuldades à liquidação. No entanto a mesma liquidação tem que ser feita, e o prazo de dois anos está quase a terminar. Salienta que a Câmara deve ter isto como um estímulo e impulsionar para que isto possa ser registado com toda a brevidade, e se faça o encerramento da liquidação,

merece a concordância da CDU na parte em que salienta estas valorizações anómalas Pediu a palavra a Sr ^a Deputada Municipal Inês Louro, (Falha de Gravação) Foi concedida a apalavra ao Sr. Deputado Municipal António Godinho, referindo que a coligação não põe em questão o assumir das responsabilidades financeira, o que se querem referir é que tudo isto já deveria ter sido assumido pelo município em tempo útil, e o facto de agora à ultima da hora dizerem que está tudo resolvido, é muito estranho
Pediu a palavra o Sr. Deputado Municipal António José Rodrigues, referindo que neste processo de extinção da EMIA, não foram dados os passos mais corretos, referindo que os Autarcas não têm de saber lidar com estas questões técnicas, salientando que tendo a Câmara técnicos (economistas, juristas, etc.) não percebe porque é que não se reuniram para elaborar a proposta de dissolução nas devidas condições e em conformidade com a lei
Salienta que deveriam ter requerido a dissolução com entrada em liquidação, em vez de ter requerido a dissolução com liquidação por transmissão global. Referiu ainda que, provavelmente, a conservatória também não se apercebeu do que é que a Câmara precisava, continuando assim o processo a marcar passo. Diz ainda que a adoção do tipo de processo para transmissão global implicava que os bens fossem partilhados com os sócios da EMIA e cumpridas mais uma série de formalidades legais
Foi concedida a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Azambuja, que passou a ler um documento de esclarecimentos sobre o assunto:
1- Sobre o cancelamento da matrícula (parágrafos 5 a 10)
Tal como já sugerido ao Sr. Vereador Jorge Lopes, sugiro também aos Srs. Deputados REVEJAM as propostas que foram votadas em julho de 2014 na Câmara Municipal e que foram, de seguida, à Assembleia Municipal onde aparece lá preto no branco, o seguinte:
proposta 79/P/2014 (Relatório do Conselho de Administração da EMIA de 2013, página 1):
Foi apresentado, pela Sociedade de Advogados que tem acompanhado o processo de dissolução, na Conservatória do Registo Comercial, o pedido de registo da extinção da empresa supostamente provisório (na medida em que a empresa detém imóveis no seu



ativo, pelo que o registo definitivo dependia de escritura de liquidação), embora da Conservatória tivessem considerado o registo da extinção e liquidação a título definitivo, procedendo inclusivamente, ao cancelamento da matrícula no dia 2 de julho de 2013. -------- Face ao que antecede, deverá no decurso do exercício de 2014 ser realizada a escritura de liquidação, com transmissão dos ativos e passivos para o acionista único. ---- - proposta 83/P/2014 (Contas Consolidadas do Município de 2013, páginas 6 e 7)------ Foi apresentado, pela Sociedade de Advogados que tem acompanhado o processo de dissolução, na Conservatória do Registo Comercial, o pedido de registo da extinção da empresa, supostamente provisório (na medida em que a empresa detém imóveis no seu ativo, pelo que o registo definitivo dependia de escritura de liquidação), embora na Conservatória tivessem considerado o registo da extinção e liquidação a título definitivo, procedendo inclusivamente, ao cancelamento da matricula no dia 2 de julho de 2013.-------- Face ao que antecede. Deverá no decurso do exercício de 2014 ser realizada a escritura de liquidação, com transmissão dos ativos e passivos para o acionista único.----- Mais:-------- na Reserva do parágrafo 9 da Certificação Legal da Contas Consolidadas de 2013 pelo Revisor Oficial de Contas, consta o que vou passar a ler:-------- "Nos termos do artigo 62 da Lei n.º50/2012, de 31 de agosto, a empresa municipal EMIA, EM, já descontinuada e encontra-se formalmente extinta (...). No entanto. continuam ainda por concretizar as operações de integração no Município dos ativos e dos passivos da EMIA (...)"-------- Como veem, nunca foi omitido. Bem pelo contrário. Esta situação foi sendo transmitida, sucessivamente, ao longo de todo o processo – mesmo a esta Assembleia – quer nas prestações de contas e nos relatórios da atividade municipal que os Srs. aqui apreciaram, quer nos Orçamentos que Srs. aqui aprovaram, pelo que NÃO percebo como poderão falar numa convicção pública contrária a esta OU querem censura política por omissão de informações que foram sucessivamente prestadas !!! -------- 2 – Sobre as transferências, empréstimos e contas bancárias (parágrafos 11 a 15) ------ As transferências, como os Srs. bem sabem mas NÃO REFEREM NO TEXTO da moção, foram feitas para LIQUIDAR O SERVIÇO DA DÍVIDA DOS EMPRÉSTIMOS. A transferências destes empréstimos para o Município for APROVADO PELA CÂMARA MUNICIPAL e PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL!!!! --------- Pergunto:-------- Preferiam que houvesse incumprimento por falta de pagamento e o Município suportasse juros de mora e outras penalizações, para além de ter de efetuar esses pagamentos mais tarde?!--------Mas não se preocupem, porque não vão ser efetuadas mais transferências. A posição da EMIA nos contratos de empréstimo já foi alterada para o Município e as contas bancárias já estão canceladas.-----

Estas transferências encontram-se refletidas nos documentos de prestação de contas
SEMSTRAIS de 2014 e constarão nos ANUAIS, tal como em todos os documentos de
prestação de contas, incluindo consolidadas, que vêm SEMESTRE após SEMESTRE,
ANO após ANO, a esta Assembleia Municipal!!!
Da mesma forma que vêm a esta Assembleia para leitura atenta e análise pelos Srs.
Deputados, também são vistas, analisadas, escrutinadas, ano após ano, pelo Revisor
Oficial de Contas, pela Direção Geral das Autarquias Locais, pela Inspeção Geral de
Finanças e pelo Tribunal de Contas !!!
Não escondemos nada, nem temos nada a esconder a ninguém – bem pelo contrário,
isso está evidente em todos os documentos que têm pedido e que têm sido entregues
3 – Sobre os terrenos
Os terrenos, descritos e avaliados em 2008, faziam parte de um negócio da
concessão do estacionamento de toda a Vila de Azambuja durante algumas décadas!
Esse negócio e os relatórios de avaliação dos terrenos encontram-se no Relatório de
Viabilidade Económica e Financeira da EMIA integrado na proposta 60/P/2008,
aprovada em setembro de 2008 pela Assembleia Municipal
Não é preciso ser especialista para perceber que os terrenos incluídos num negócio
de concessão, por uns largos anos, de todo o estacionamento pago na Vila de Azambuja
e avaliados em 2008 (num momento anterior à crise) valiam muito mais do que os
mesmos terrenos avaliados atendendo unicamente à qualificação atual do espaço e num
contexto de crise !!!!
Não nos esqueçamos que todas as avaliações foram efetuadas por peritos externos
certificados e transcritos em relatórios !!!
Sobre este assunto, também posso referir que os terrenos já se encontram registados
na Conservatória em nome do Município !!!!
Agora,
NÃO TRANSFORMEM AS DIFERENÇAS ENTRE AS AVALIAÇÕES em DÍVIDA A
TRANSFERIR PARA O MUNICÍPIO. O QUE O MUNICÍPIO ASSUME corresponde
única e exclusivamente ao Capital em Dívida dos EMPRÉSTIMOS contraídos pela
EMIA que ascende a 6.968.338,12€
4 - Sobre o envio a várias entidades
Para além das várias entidades terem acompanhado todo o processo, não
percebemos o porquê desta proposta, quando a Coligação deu conhecimento do envio
da proposta 2/CPFNT/2015 para essas mesmas entidades
Aguardemos calmamente pela apreciação da IGF e do Tribunal de Contas
Interveio o Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro, para dizer que a resposta que
o Sr. Presidente deu, foi a resposta que deu à proposta do orçamento, referindo que isto
é uma Moção e que é diferente
Refere ainda que a ata 106 do Conselho de Administração da EMIA de 15 de
Fevereiro de 2013, diz o seguinte: "Ao nível das responsabilidades encontram-se ainda
na posse da EMIA, um conjunto de montantes retidos nos pagamentos a Empreiteiros
para reforço da garantia nas empreitadas já realizadas e ainda alguns montantes
referentes às últimas intervenções", querendo saber qual o valor total que estava na
posse da EMIA a titulo de garantia de caução, em que conta bancaria estavam esses



valores e quem eram os empreiteiros a quem diziam respeito essas garantias e cauções, e a que empreitadas dizem respeito essas garantias e também que valores concretos dizem respeito a cada empreitada. --------- Interveio o Sr. Presidente da mesa para dizer que entrou um requerimento na mesa para prolongamento dos trabalhos. -------- Requerimento -------- Requer-se que os trabalhos desta reunião da Assembleia Municipal decorra até à 1 hora, por forma a esgotar todos os pontos da ordem de trabalhos. -------- O Deputado Municipal -------- Carlos Valada -------- Interveio o Sr. Deputado Municipal António José Rodrigues, para dizer que se os valores dos terrenos junto à linha férrea ainda valessem os cinco milhões e oitocentos mil euros, podia ser que aparecesse algum chinês que cobrisse a parada dos seis milhões de euros dos empréstimos contraídos pela EMIA. -------- Tomou da palavra o Sr. Presidente da Câmara para dizer que referente às perguntas feitas pelo Sr. Manuel Couceiro, que de momento não tem consigo esses documento com essas informações mas que oportunamente lhe fará chegar. --------- Interveio o Sr. Deputado Municipal António Nobre referindo que tinha a esperança que o Sr. Presidente da Câmara (na altura Vice-Presidente) se tivesse arrependido deste negócio, referindo que não era preciso muito para se perceber que naqueles terrenos não se podia fazer nada, por isso nunca podiam valer aqueles valores. Considera este processo um atentado à inteligência das pessoas. -------- Interveio o Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro, para dizer que lhe acabou de chegar uma informação a dizer que os registos têm 10 dias. -------- Perguntando ainda quando é que foram devolvidas as cauções, se em 2013 ou 2014. ---- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Câmara, referindo que neste momento está tudo registado e tudo resolvido. -------- Uma vez posta a votação foi a Moção da Coligação PFNT, aprovada com 15 votos a favor (9 da CDU e 6 da CPFNT), e 13 votos contra do PS. -------- Pediu a palavra o Sr. Presidente da Câmara para pedir ao Sr. Presidente da Assembleia para quando enviasse esta moção para os sítios indicados, também enviasse o documento que acabou de ler. -------- Pediu a palavra o Sr. Deputado Municipal António Nobre, para dizer que era conhecida a posição da CDU em relação ao processo da EMIA ao longo dos vários anos em que teve em atividade. Refere que a CDU sempre se prenunciou criticamente em relação à postura que foi assumida na sua constituição e na sua atividade. nomeadamente o facto da mesma ser constituída para prostrar as regras do endividamento Municipal, por outro lado tem-se assistido a manobras contabilísticas que procuram inflacionar o valor de aviamento, como sucedeu em 2008 com a transmissão dos terrenos do Município (junto à CP) para a própria empresa para viabilizar um negócio que não se veio a viabilizar, pois podia ter trazido enormes responsabilidades para o Município. --------- Embora a CDU não se reveja em todos os considerandos da Moção, não pode obrigatoriamente deixar de apoiar esta Moção. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, para dizer que o que foi
dito pelo Sr. Deputado Municipal Manuel Couceiro no período antes da ordem do dia,
fique em ata, e que toda essa intervenção foi lida, vindo previamente escrita antes da
Assembleia
APROVAÇÃO POR MINUTA
A Sra D. Vera Brás, 1ª Secretária da Mesa passou à leitura, em voz alta, da minuta da
ata da presente reunião, findo o que foi colocada à votação, tendo sido aprovada por
unanimidade
A ata foi aprovada por minuta no final da reunião, por a Assembleia Municipal o ter
deliberado, nos termos do nº 3, do artº 57º, da Lei nº 75/13 de 12 de Setembro.
ENCERRAMENTO
Era 00 horas e 10 minutos do dia 27 de Fevereiro, quando o Sr. Presidente da Mesa,
deu por encerrada a reunião
Para constar se lavrou a presente ata, a qual depois de distribuída por todos os
membros, foi assinada pela Mesa

vera wina R. Brasales Soules